

# Territórios-museu em espaços marginais: uma proposta para a valorização e interpretação do património cultural da Raia do Baixo Guadiana

Pedro Araújo Albuquerque\*  
Universidad de Sevilla (España)

**Resumo:** O presente artigo pretende apresentar algumas propostas para a implementação de um território-museu na fronteira luso-espanhola do Baixo Guadiana e Chança, bem como tópicos para a sua interpretação. O facto de ser a fronteira interna mais longa da Europa e a mais antiga configurou paisagens singulares e deu origem a patrimónios que podem ser valorizados e interpretados na perspectiva da História Global. Destacam-se quatro vias de análise das fronteiras políticas: como pontos de vigilância, como geradores de “identidades de fronteira”, como territórios cujo património arqueológico reflecte séculos de contactos e interacção e, finalmente, como paisagens cuja singularidade pode ser valorizada a partir de uma abordagem holística. Este artigo apresenta como principal resultado a elaboração de propostas para a patrimonialização e musealização da paisagem fronteiriça hispano-lusa, assim como para uma gestão criativa orientada para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais de áreas limítrofes.

**Palavras-chave:** Fronteira luso-espanhola; Território-museu; Turismo Cultural; Patrimonialização; Gestão criativa.

## Territory-Museums in marginal territories: A proposal for the enhancement and interpretation of the Cultural Heritage in the Lower Guadiana Basin border

**Abstract:** This paper aims at presenting some proposals for the creation of a “Territorial Museum” in the peripheral areas of the Portuguese-Spanish borderlands of the Guadiana and Chanza rivers (Portugal-Spain), as well as topics for its interpretation. This European internal border is the oldest and the largest in Europe, which configured unique landscapes and heritage that can be interpreted and enhanced from the point of view of Global History. Borderlands are examined from four different perspectives: as places occupied for surveillance; as border identities generators; as territories with a rich archaeological heritage that is a consequence of contacts and interactions, and as historical landscapes that can be enhanced and interpreted holistically. This paper presents as its main result the creation of proposals for heritagization and musealization of the Portuguese-Spanish border landscape, as well as for a creative management focused on the sustainable development of the local communities in peripheral areas.

**Keywords:** Portuguese-Spanish border; Territorial Museum, Lower Guadiana Basin; Cultural Tourism; Heritagization; Creative management.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Há cinco décadas, A. Pintado e E. Barrenechea publicaram uma obra sobre a raia luso-espanhola com um título sugestivo e eloquente (*La Raya de Portugal: la frontera del subdesarrollo*), na qual descreviam o preocupante estado de decadência em territórios feridos pela perda e envelhecimento de população. Esta imagem dos inícios da década de 70 contrastava, tal como na actualidade, com uma longa história

\* Universidad de Sevilla (España); Email: [albuquerque@us.es](mailto:albuquerque@us.es); <https://orcid.org/0000-0003-4800-7343>

**Cite:** Albuquerque, P. A. (2023). Territórios-museu em espaços marginais: uma proposta para a valorização e interpretação do património cultural da Raia do Baixo Guadiana. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 21(3), 527-536. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.036>

de ocupação humana no território que ficou conhecido como a *raia* ou *la raya* (Pintado e Barrenechea, 1972). Ainda que não seja objectivo do presente trabalho tratar exaustivamente o passado desta “terra velha de milénios” (Coelho, 1992), deve assinalar-se que a fronteira que separa os dois países ibéricos é a mais antiga do mundo e foi definida em 1297 e, desde então, sofreu poucas transformações, o que se reflecte na paisagem construída (aglomerados urbanos de média e pequena dimensão, fortalezas, etc.) e na própria língua (López de Aberasturi, 2020; Albuquerque e García Fernández, 2022).

O desenvolvimento de contactos e entrelaçamentos provocados pela separação artificial entre os territórios das soberanias nacionais faz parte do a investigação definiu como “paradoxo da fronteira” (Van der Vleuten e Feys, 2016). A delimitação territorial motiva, nestes casos, o desenvolvimento de fluxos de natureza legal e ilegal, configurando singularidades que podem fazer parte do discurso sobre os territórios fronteiriços ou da interpretação que poderá apresentar-se no contexto de um território-museu. Neste sentido, o recurso à História Global como ferramenta interpretativa permite, por um lado, valorizar as fronteiras como espaços privilegiados de interacção (mais do que de ruptura e separação) e, por outro, analisar o modo como os referidos fluxos influíram decisivamente na construção de identidades partilhadas nestes territórios (Albuquerque e García Fernández, 2022).

A perspectiva da História Global constitui, neste sentido, o ponto de partida para a patrimonialização da fronteira do Baixo Guadiana como espaço privilegiado de interacção e de convivência. Do ponto de vista da criação de um território-museu, a proposta aqui apresentada inspira-se em projectos semelhantes implementados, por exemplo, em Alghero, Sardenha (Miró, 1997; 2000) e na experiência do projecto da Vila-Museu de Mértola (Gómez Martínez et al., 2016). Este, por exemplo, apresenta um modelo de desenvolvimento comunitário sustentável num território periférico dependente, precisamente, da exploração do património cultural (Del Espino, 2020). Em suma, propõem-se vias possíveis para a patrimonialização e interpretação da paisagem fronteiriça do Baixo Guadiana na perspectiva da História Global (Conrad, 2019).

O objectivo principal deste trabalho é, por conseguinte, apresentar ideias para uma eventual implementação de um projecto de território-museu na área do Baixo Guadiana e do Chança (entre a foz do Guadiana e Rosal de la Frontera) a partir de uma perspectiva necessariamente interdisciplinar, dando assim continuidade a uma investigação de vertente arqueológica recentemente desenvolvida na secção navegável do Baixo Guadiana (Albuquerque et al., 2020). Pretende-se, igualmente, apresentar uma breve caracterização da transcendência da fronteira luso-espanhola em geral (e da área escolhida em particular) como objecto de estudo, assim como alguns elementos fundamentais para a valorização de memórias, comunidades, identidades e paisagens fronteiriças.

É nestes aspectos que assenta a elaboração de modelos de turismo cultural transfronteiriço em que o museu é o próprio território, e que têm na sustentabilidade (económica, ambiental e social) e durabilidade a sua razão de ser e agir, estimulando melhoramentos nas políticas públicas sobre o Património Cultural (por exemplo, o Projecto KEEP ON). Para tal, considera-se imprescindível que as comunidades locais sejam as principais protagonistas e beneficiárias e, por conseguinte, responsáveis pela tomada de decisões sobre aquilo que reconhecem como sua herança. Isto implica, necessariamente, considerar o património como um conjunto de bens que uma personalidade individual ou colectiva herda dos seus antepassados, o que leva a que se crie, com isto, uma relação de identificação com essa mesma herança (Querol, 2010; Timothy e Boyd, eds., 2003; Park, 2003). Esta é aqui entendida como “património cultural” para abarcar o máximo possível de elementos que revelam a singularidade dos territórios fronteiriços e dos seus habitantes.

A interpretação surge neste contexto como uma ferramenta vital na transferência de conhecimentos e na planificação dos chamados “usos sociais do património” (Miró 2022: 18). A descodificação desta herança adquire, nos contextos fronteiriços, um grande interesse pelo tipo de mensagem que se transmite aos (potenciais) visitantes. Neste sentido, J. Hernández-Ramírez (2017) distinguiu *turismo de fronteira de turismo transfronteiriço*. No primeiro caso, os intérpretes proporcionam ao visitante uma experiência de contraste e ruptura que confere autenticidade à fronteira ou à paisagem fronteiriça. No segundo caso, o discurso centra-se na ideia de convergência, em que o visitante está a conhecer territórios e patrimónios partilhados entre as comunidades dos dois lados da raia. É, provavelmente, com esta segunda vertente que as comunidades locais mais se identificam.

Assim, a interpretação, enquanto ponte entre o intérprete/ investigador, as comunidades locais e os visitantes, é, neste sentido, basilar num projecto de musealização do território que deve ter, necessariamente, capacidade de adaptação às transformações e necessidades das sociedades locais para garantir a sua replicabilidade e sustentabilidade. Para alcançar os objectivos pretendidos com esta contribuição, apresenta-se, no primeiro capítulo, uma reflexão sobre os antecedentes mais relevantes ao nível dos territórios-museu e da interpretação para, no segundo, descrever brevemente o caso em discussão a partir da caracterização da relevância do património fronteiriço, da exposição de algumas noções básicas

relacionadas com as abordagens possíveis à questão das fronteiras políticas, assim como da importância histórica da raia luso-espanhola como objecto de estudo. Estes aspectos permitir-nos-ão introduzir, no terceiro capítulo, os elementos que consideramos essenciais para a proposta de implementação de um projecto de território museu a partir de várias recomendações europeias sobre sustentabilidade e resiliência de espaços rurais. O quarto e último capítulo centra-se numa proposta preliminar de interpretação das fronteiras como espaços globais e como elemento estruturante da mensagem a transmitir aos receptores ou visitantes, caso esta proposta se concretize no terreno.

## 1. Territórios-museu e interpretação: antecedentes e noções básicas

Ainda que não seja um projecto de território-museu *per se*, a experiência de Mértola como *Vila-museu* é, desde 1978, um factor de desenvolvimento local de inegável relevância científica e social, com resultados que evidenciam a pertinência da aposta na valorização patrimonial para o desenvolvimento local. A participação da comunidade na protecção dos bens culturais, a criação de postos trabalho e a capacidade e intermediação entre profissionais e sociedade (Gómez Martínez *et al.*, 2016)<sup>2</sup>, são aspectos incontornáveis na proposta que aqui se apresenta, sobretudo pelo modo como o projecto contribuiu para o reforço das identidades locais num processo amplo de *community buiding*. Além disso, é um exemplo destacável de impacto positivo na exploração sustentável do património *lato sensu* ao contribuir para contrariar a tendência de abandono de territórios que deixaram de ser economicamente rentáveis nesta região através da promoção de turismo cultural (Del Espino, 2020). Na nossa opinião, esta iniciativa é um dos principais referentes da criação de um território-museu raiano.

O conceito de Território-museu (doravante, TM) entrou no léxico científico a partir de 2000, na sequência da apresentação da Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial em Postdam (1999), em que se defendeu a “gestão criativa” do património cultural como factor de sustentabilidade dos territórios rurais no contexto de uma almejada política comum europeia sem fronteiras (ESDP, 1999; Mora e Pimienta, 1996-2003). Seguindo os passos dos museus ao ar livre e eco-museus, os primeiros projectos de TM e rotas culturais nasceram, precisamente, nas áreas periféricas de uma valorização de elementos patrimoniais tangíveis e intangíveis. Trata-se, no essencial, de estratégias de interpretação, planificação e difusão orientadas para o desenvolvimento económico e sustentável de territórios mais desfavorecidos através da valorização de um recurso não renovável (cf. Alberca-Sialer, 2021).

A cooperação hispano-italiana em Alghero (Sardenha) é, nesse sentido, um exemplo excepcional pelo seu carácter pioneiro e pelo facto de dar à ideia de “museu aberto” uma dimensão territorial centrada no reforço identitário, económico e social das comunidades locais, assim como na promoção da memória colectiva e na melhoria das condições de vida em territórios abertos, habitados e mutáveis (Miró, 1997; 2002; Bringas e Vico, 2020). Assumindo-se como uma oferta de turismo intelectual, este TM impulsionou o desenvolvimento do sector terciário local a partir de uma estratégia de interpretação desenvolvida em torno de quatro noções: *ilha-cultura*, *ilha-natureza*, *ilha-arqueologia* e *ilha-fortaleza* (Bringas e Vico, 2020). Estas, por sua vez, fundamentam-se na ideia de paisagem como um sistema constituído por partes que se interrelacionam e podem ser aplicadas ao estudo das fronteiras.

Esta mensagem constitui uma ponte entre os profissionais especializados e os seus receptores, bem como uma via de promoção de diversidade cultural que, como veremos, é particularmente relevante nos espaços fronteiriços (Miró, 1997; Gonçalves, 2008). A interpretação permite a cada um dos vários tipos de receptores uma leitura activa, dinâmica, individualizada e participativa da realidade por eles observada, ao ser uma revelação destinada a dar sentido aos elementos tangíveis e intangíveis de um determinado território (Tilden, 1957; Padró, 1996). Neste sentido, acessibilidade e flexibilidade do discurso afiguram-se como dois princípios fundamentais da interpretação num TM, sem que a simplicidade da comunicação comprometa o rigor científico da mensagem. Ou seja, o discurso deve ser entendido por um público não especializado e, ao mesmo tempo, ter sentido para especialistas.

Esta questão é especialmente importante na análise da relevância histórica e social dos territórios fronteiriços. A interpretação num TM transfronteiriço é um elemento estruturante na criação de conteúdos sobre a fronteira, uma vez são espaços onde se construiu uma história partilhada, singular, que se projectou na paisagem de modos muito diversos. É neste sentido que consideramos oportuno referir o modo como a imagem de Alghero é adaptável aos territórios da raia:

- a) *Fronteira-fortaleza*: caracteriza-se pela disseminação de estruturas defensivas que testemunham períodos de conflito e necessidade de vigiar a passagem de pessoas na fronteira, ou mesmo a legalidade das transações. São elementos que procuram promover os limites como barreiras, impedindo ou dificultando a sua passagem.

- b) *Fronteira-cultura*: Assinala o modo como as relações das comunidades entre um e outro lado da Raia resultaram na formação de realidades diferenciadas ou híbridas, ou mesmo o que se poderia chamar de “identidades de fronteira”. Neste conceito incluem-se ofícios, saberes, tradições, expressões, língua, etc., bem como o acervo de documentação escrita sobre estes territórios.
- c) *Fronteira-arqueologia*: inclui os vestígios arqueológicos identificados nos territórios fronteiriços, sejam eles indicadores, ou não, da construção de limites territoriais, testemunhando as relações humanas num determinado lugar ao longo do tempo.
- d) *Fronteira-paisagem*: reflecte a relação das comunidades com o meio envolvente e explora o modo como os processos de delimitação territorial das soberanias se projectou na paisagem, configurando a sua singularidade (sistemas de povoamento, estratégias de aproveitamento de recursos, etc.).

Estas variáveis não são, como se assinalou, contraditórias entre si, mas antes fazem parte de uma abordagem abrangente aos fenómenos de criação e manutenção de fronteiras. Ou seja, a ideia de *fronteira-fortaleza* não é, necessariamente, incompatível com a de *fronteira-cultura*, já que ambas são determinantes para a construção da *fronteira-paisagem* e todas estas podem ser analisadas a partir da Arqueologia e até mesmo da análise documental. Neste sentido, uma leitura diacrónica dos processos que têm lugar nas áreas de fronteira dão pistas suficientemente eloquentes para defender que há uma diferença significativa entre a imagem criada a partir dos centros de poder sobre as periferias e a percepção que as comunidades locais têm de si mesmas e das suas relações de pertença (Albuquerque e García Fernández, 2022)

A história global oferece, neste contexto, algumas linhas de investigação dos territórios fronteiriços, uma vez que estes são, essencialmente, cenários de interacção, confluência, cumplicidade e entrelaçamentos, o que lhes confere características surpreendentemente interessantes e singularidades que podem ser valorizadas (Conrad, 2019). O potencial epistemológico desta análise aplicada ao Baixo Guadiana será, por isso, objecto dos próximos capítulos.

## 2. O Baixo Guadiana, entre o local e o global

A historiografia tradicional apoiou-se na descrição das fronteiras como delimitadores territoriais das narrativas nacionais, onde se inclui a história (desde tempos remotos), a cultura e a língua, ajudando com isto a consolidar a ideia de *fronteira-fortaleza* e, em boa medida, a valorizar a singularidade da paisagem fortificada da Raia (Castaño Madroñal *et al.* 2002; Duclos, 2002; Campesino, 2006; AAVV, 2014). Do ponto de vista da História Global, estes territórios, como objecto de estudo, são interessantes, por um lado, por reflectirem as diferentes circunstâncias históricas a nível nacional e internacional e, por outro, por serem, pela sua função nestes contextos, pontos de encontro, entrelaçamento e de multiculturalidade (cf. Padró, 1996; Albuquerque e García Fernández, 2022). Há que considerar, contudo, a escala de abordagem, isto é, se a investigação se centra em vários lugares de fronteira num mesmo período, em vários períodos num mesmo lugar, ou um período num só lugar, uma vez que cada uma delas oferece, certamente, resultados diferentes.

As fronteiras são, como se sabe, indissociáveis das relações mantidas entre duas entidades nacionais, uma vez que estas são responsáveis pela delimitação territorial, como é, aliás, evidenciado pelos vários tratados assinados desde Alcañices (1297). Embora o conceito de fronteira veiculado por estes documentos seja diferente do que entendemos na actualidade (Gozalbes Cravioto, 2000; Herzog, 2018), estes processos deram origem à fundação *ex novo* de novas localidades, à fortificação de outras já existentes, ou mesmo à atribuição de privilégios individuais e colectivos (nas cartas de foral), com o objectivo de assegurar a fixação de população nos territórios liminares. No que diz respeito ao Baixo Guadiana, o facto de o rio ser um recurso partilhado por dois reinos, nomeadamente entre o Pomarão/ Puerto de la Laja e a foz, ao que se junta a sua navegabilidade, levou à construção de várias fortalezas ao longo do rio, destacando-se, no troço navegável, Castro Marim, Ayamonte, Alcoutim, Sanlúcar de Guadiana e, já em território português, Mértola.

Estas localidades foram ocupadas ou fortificadas em momentos diferentes, mas responderam ao mesmo tipo de necessidade de impedir ou, pelo menos, dificultar a passagem naqueles lugares onde as condições naturais permitiam uma circulação mais fluída. Por outro lado, esta mesma característica foi determinante para aproximar as comunidades que ocuparam um e outro lado daquela demarcação artificial, constituindo o que antes se definiu como “paradoxo da fronteira” (van der Vleuten e Feys, 2016). A *fronteira-fortaleza* é, com isto, um dos principais impulsionadores da singularidade dos passados e dos presentes da *fronteira-cultura*. Contudo, os territórios fronteiriços não deixam de ser

afectados pela situação política e económica dos diferentes momentos, configurando uma trajectória histórica e paisagens que podem ser analisadas através dos documentos e do registo arqueológico (i.e., *fronteira-arqueologia* e *fronteira-paisagem*).

O Guadiana tem a particularidade de ser um rio navegável que foi usado como marcador visível de limites administrativos desde, pelo menos, a época romana (Str. 3.1.6; 3.2.1; Plin., *N.H.*3.6; Mela 2.6.8), ainda que neste caso a informação disponível se circunscreva, aparentemente, à área costeira, não abarcando o interior (Espanña Chamorro, 2017; Albuquerque *et al.* 2018). Embora a divisão administrativa romana, que diferenciava, *grosso modo*, as províncias da Bética e Lusitânia, não seja uma fronteira propriamente dita, é provável que tenha tomado como referência anteriores delimitações de comunidades mais alargadas, como se pode apreciar nos mencionados textos de Estrabão. Não obstante, prevaleceu quase sempre a exploração da navegabilidade do rio e a sua capacidade de fazer circular produtos de importação e exportação, assim como pessoas e ideias, o que é testemunhado pela riqueza arqueológica dos principais portos fluviais do antigo *Anas* desde, pelo menos, a Idade do Ferro (García Fernández *et al.*, 2019; Albuquerque *et al.*, 2020), prolongando-se em épocas posteriores, como se aprecia em Mértola (Torres, 2014).

O uso do leito do rio como fronteira não foi, conseqüentemente, óbice para a interacção, nem impediu a existência de dúvidas sobre se era, ou não, um limite intransponível. Nesse sentido, o testemunho do livro das *Demarcações da fronteira*, escrito por Mendo Afonso de Resende em 1537-1538 para D. João III, é bastante eloquente: referindo-se a Castro Marim e às relações com os vizinhos aiamontinos, o autor descreve o intenso debate em torno dos direitos de uso do rio, em que os portugueses postulavam que todo o leito até Aiamonte pertencia aos seus domínios, e os aiamontinos defendiam que o limite estava, sensivelmente, a meio daquela linha de água. Esta situação repetia-se, embora com outros moldes, em Alcoutim e Sanlúcar, duas povoações separadas pelo Guadiana (De Armas, 1510; Freitas, 2019; Gradim, 2021). Estes exemplos tornam ainda mais interessante o facto de os principais espaços portuários fluviais terem sido fortificados (Albuquerque e García Fernández, 2019), e de, mais recentemente, se terem construído vários postos da Guarda Fiscal disseminados ao longo dos pontos de passagem, alguns dos quais se encontram, na actualidade, em ruínas.

Parece, assim, evidente que a fronteira não constitui necessariamente uma ruptura entre culturas, línguas e processos históricos e que, por isso, pode ser interpretada como lugar de transição e encontros e como espaço onde se encontram elementos que fazem parte de um património colectivo partilhado. Os contextos históricos nacionais e internacionais são o diapasão da ocupação e da convivência dos e nos espaços fronteiriços. Basta referir, a título de exemplo, o modo como a necessidade de defender e vigiar os limites territoriais determinou a sua ocupação e como, na actualidade, o panorama geopolítico do Espaço Schengen conduziu a uma abrupta obsolescência das áreas periféricas, neste caso da Península Ibérica, no contexto do mercado livre sem controlos fronteiriços (Albuquerque e García Fernández, 2019; Foucher, 1990). A longa história destes territórios pautou-se, paralelamente, por actividades que funcionavam à margem das legalidades, nomeadamente o contrabando. O fim das fronteiras tal como se concebiam até 1991 e a conseqüente perda de relevância levou a que muitas famílias deixassem de ter uma das suas principais fontes de rendimento, o que agravou ainda mais o panorama de despovoamento e envelhecimento destas áreas (Pintado e Barrenechea, 1972).

Acresce que a retórica de uma Europa “sem fronteiras” está estreitamente relacionada e comprometida com os mercados e não tanto com a dinamização cultural e social dos territórios mais afectados pelas novas circunstâncias, agora ainda mais isolados e com ainda menos oportunidades. O interior rural apresenta, com isto, discrepâncias significativas em relação às áreas costeiras, mais dinâmicas e com melhores comunicações, o que contribui significativamente para o seu isolamento. Perante a conjuntura actual, o património cultural pode ser um factor de resiliência capaz de dinamizar as regiões interiores, estimular a fixação de população e incrementar a qualidade de vida das populações locais, como ocorre no referido caso de Mértola. O investimento na formação de indivíduos, a sua ulterior integração em postos de trabalho, bem como o desenvolvimento de actividades com os sectores mais jovens da comunidade são outros ingredientes de um projecto que se mantém activo e dinâmico desde 1978 (Gómez Martínez *et al.*, 2016; Del Espino, 2020) e que constituiu uma solução de continuidade para uma vila que perdeu relevância económica ao longo das últimas décadas.

A implementação deste tipo de iniciativas prova que a ocupação dos territórios adjacentes ao Guadiana pode entender-se no contexto de uma sinergia entre as mencionadas variantes da percepção das fronteiras (cultura, fortaleza, paisagem, arqueologia). A própria história da ocupação destes espaços demonstra, precisamente, que o sistema de povoamento se formou e consolidou graças a necessidades de protecção dos limites das soberanias desde, pelo menos, 1297 (entre outros, Baquero Moreno, 1988; Andrade, 2001), e não tanto à exploração dos recursos naturais (recorde-se que a Raia atravessa territórios geralmente pobres em termos de recursos). Noutra perspectiva, desta vez mais local e evocadora do



mencionado “paradoxo da fronteira”, as políticas régias tiveram como consequência o desenvolvimento de contactos intercomunitários e a formação de “identidades de fronteira” tão diversificadas como as reacções e adaptações das comunidades fronteiriças a estes processos.

A heterogeneidade é, talvez, um dos aspectos mais relevantes para a análise global dos fenómenos sociais que, no passado e no presente, tiveram e têm lugar nos territórios fronteiriços. A complexidade destas relações e interconexões pode ser estudada através de perspectivas interdisciplinares em estreita colaboração com as comunidades locais, e valorizada no contexto de um TM no Baixo Guadiana e no Chança, assim como noutros territórios a nível ibérico. A abordagem não está, contudo, isenta de problemas e desafios aos quais a investigação poderá tentar responder, sobretudo no que diz respeito à caracterização de processos locais em contextos globais e ao uso do património como elemento de identidade colectiva. É, por isso, importante discutir, ainda que de passagem, o modo como um TM pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e resiliência dos territórios rurais da Raia.

### 3. Apontamentos sobre sustentabilidade e resiliência

O património cultural é um elemento estruturante na construção da identidade de uma personalidade colectiva que o reconhece como sua herança. É, além disso, um recurso económico que pode ser um factor de sustentabilidade e resiliência em espaços deprimidos como aqueles que temos vindo a assinalar. Não se trata, como se fez há 50 anos (Pintado e Barrenechea, 1972), de avaliar o grau de desenvolvimento económico, mas sim de explorar as potencialidades desta herança como vias para promover a sustentabilidade cultural, social e económica das comunidades, tal como se definiu na *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* (Faro, 2005). Quer isto dizer que a estratégia a desenvolver deve garantir a fruição e a acessibilidade do património cultural, bem como criação de conteúdos. Devem, contudo, desenvolver-se mecanismos que impeçam a deterioração do património resultante da sua exploração, o que equivale a dizer que a sustentabilidade destes bens deve estar assegurada.

Parece, pois, evidente que tanto a ruralidade do interior raiano como as singularidades culturais resultantes da interacção configuraram paisagens que devem ser valorizadas e interpretadas no contexto de uma ideia integral de paisagem e, conseqüentemente, musealizadas no âmbito de um TM. O estudo global do território como testemunho histórico das interacções desenvolvidas em espaços usados como delimitadores das soberanias nacionais não pressupõe a anulação ou desvalorização das diferenças entre comunidades. Mas pode, e deve, ser um ponto de partida para um maior investimento, cuja necessidade já apontava A.B. Coelho, na educação e na cultura regional (Coelho, 1992) e, conseqüentemente, para uma maior dinamização do interior em geral e dos territórios fronteiriços em particular.

A pluralidade de manifestações culturais faz parte, como se disse, daquilo que denominámos *fronteira-cultura* e *fronteira-cooperação*. Deu origem a fenómenos de interpenetração linguística que só ocorrem em contextos de fronteira. Destacam-se, por isso, casos como Olivença e Barrancos, bem como outras manifestações singulares que têm vindo a ser estudadas e sistematizadas em projectos de investigação como o denominado FRONTESPO e que configuram as paisagens linguísticas da Raia (López de Aberasturi, 2020). A *fronteira-fortaleza* continua, não obstante, a ser um dos aspectos mais promovidos no estudo destes territórios, o que se manifestou na promoção da Raia Abaluartada como Património Mundial, ou mesmo na criação de iniciativas como a *Rota temática das fortificações abaluartadas da Raia: Paisagem Cultural da Humanidade* (Campesino, 2006).

Parece-nos, assim, possível postular a importância de analisar as manifestações heterogéneas das comunidades fronteiriças mais além da valorização das estruturas de protecção e vigilância. As micro-histórias podem ser determinantes para reforçar e complementar os discursos preexistentes (Albuquerque e García Fernández, 2022) e servir de ponto de partida para a interpretação dos territórios fronteiriços como espaços multiculturais. Esta ideia constitui o principal fundamento do turismo transfronteiriço. Contudo, a experiência de ruptura pode ser, para os turistas, um factor de atracção, já que confere à fronteira a sua autenticidade como delimitador e, conseqüentemente, como pontos de transição entre duas realidades percebidas como diferentes. Um TM pode considerar estes factores no desenvolvimento de estudos interdisciplinares que valorizem as particularidades locais e regionais. A população local apresenta-se, assim, como a principal protagonista de projectos que devem ser adaptáveis às mudanças, o que por sua vez pode garantir a sustentabilidade, o reforço constante das identidades em paisagens com uma "fuerte personalidad histórica que conservan numerosas huellas de su pasado" (Miró, 1997: 9).

A cooperação e integração em objectivos e expectativas comuns são, por isso fundamentais para projectar um futuro sustentável para o interior raiano. Contudo, apesar da supressão dos controlos

fronteiriços, uma fronteira marca o limite do alcance das legislações nacionais, o que amiúde impede o desenvolvimento de projectos comuns que, evidentemente, requerem a superação de obstáculos provocados pelas diferenças ao nível dos enquadramentos legais das actividades culturais, bem como ao nível das dinâmicas administrativas, interesses e percepções sobre a própria colaboração transfronteiriça (Hernández-Ramírez, 2017; Foucher, 1990). Considera-se, por isso, e não sem razão, que as iniciativas interlocais são as que são menos afectadas por problemas burocráticos (Timothy e Teye, 2004; García Fernández *et al.*, 2017), o que leva a defender a necessidade de criar um quadro legislativo específico que permita o desenvolvimento de políticas culturais verdadeiramente transfronteiriças.

Neste sentido, a criação de um TM num contexto de fronteira afirma-se como um estímulo à superação do efeito das fronteiras no desenvolvimento de projectos transfronteiriços, assim como um possível factor de fixação e atracção de população. A iniciativa aqui proposta deve considerar que o envelhecimento da população e o crescente estado de abandono destes territórios é, do ponto de vista quantitativo, bastante expressivo (Mendes e Magalhães, 2013), como indicam os dados recentes dos institutos nacionais de Estatística de Espanha e Portugal. Tais números exprimem, igualmente, o rápido desaparecimento de conhecimentos e memórias detidos pelos indivíduos mais idosos da população e que configuram um património cuja singularidade deve ser devidamente estudada e preservada para as gerações futuras.

A criação de postos de trabalho relacionados com a exploração, interpretação e gestão do património cultural raiano constituem, assim, uma potencial mais-valia para o incremento da qualidade de vida nestes territórios. Para tal torna-se necessário assegurar que as comunidades locais sejam os *decision-makers* destes processos e que os modelos de turismo cultural implementados não acelerem um processo obsolescência deste património nem promovam a criação de “falsas culturas turísticas” (Butler, 1996). É, porém, a ideia de separação e ruptura entre sistemas, países, autoridades políticas e modos de vida que parece definir a capacidade de atracção de visitantes nas fronteiras, o que, de algum modo, pode contradizer os discursos identitários locais (Friedmann, 1996). É, por isso, um desafio premente contornar a aparente incompatibilidade entre o contraste procurado pelo visitante em espaços remotos e marginais e o quotidiano de quem vive no território.

Pelo que temos vindo a assinalar, a interpretação do TM deve ir ao encontro das expectativas das comunidades locais em relação à exploração do património, de modo a conseguir desenvolver programas de interdependência e complementaridade das esferas social, económica e ambiental. O consenso com os *stakeholders* é, por isso, um passo imprescindível para avaliar a viabilidade da implementação de um projecto de musealização à escala territorial e o modo como este representa a relação de pertença da sociedade com o seu território. Este tipo de intervenção foi determinante, por exemplo, para a implementação do projecto de valorização da Mina de São Domingos, no concelho de Mértola. Neste caso, a participação activa dos grupos locais permitiu saber de que modo o projecto responderia às necessidades de melhoria do bem-estar social e contribuiria para a optimização de decisões públicas de planeamento territorial. A aposta na formação dos agentes locais é, por conseguinte, um dos principais pilares das iniciativas transfronteiriças e da sustentabilidade da exploração de um TM (Sardinha e Craveiro, 2018; cf. Healey, 2009), como bem revela o citado exemplo do projecto *Mértola Vila-Museu*.

#### 4. Considerações finais

A avaliação global dos patrimónios de fronteira permite-nos verificar que a relevância histórica e cultural destes territórios reside, em boa medida, na sua singularidade e no modo como estes sistemas de povoamento reflectiram as várias etapas da história em vários níveis (nacional, regional e local). A valorização destes elementos pode reduzir o contraste existente entre os territórios rurais e as áreas costeiras da fronteira hispano-lusa (Jurado Almonte, 2002), atrair investimento privado (hotelaria, serviços, etc.), quer na própria rede de comunicações e, conseqüentemente, contrariar a tendência de isolamento de áreas deprimidas. A dinamização regional através do estudo e protecção do património cultural pode ser, num contexto caracterizado pela evidente perda de relevância das fronteiras num mundo globalizado, uma estratégia para a criação de emprego e para a construção de um futuro mais promissor marcado pela sustentabilidade económica, cultural e social dos territórios fronteiriços. A musealização de uma paisagem permite destacar o modo como nela se projecta um passado partilhado.

Uma das ilações a retirar desta reflexão é a constatação de que a experiência do turismo cultural não deve circunscrever-se a uma mensagem de contraste que pode não representar o modo como as comunidades locais percebem os territórios e as suas relações. A recordação de passados marcados por conflitos e desconfiança mútua é somente uma pequena parte de heranças diversificadas e complexas que foram determinantes para a construção das paisagens e das identidades de fronteira (Gelbman e

Timothy, 2010). Por outro lado, a evidência de que estas relações construíram patrimónios intangíveis partilhados e singulares (tradições, expressões, pronúncias, interpenetração linguística, modos de vida, etc.), constitui um motivo para que se desenvolvam estudos que permitam conhecer, sistematizar e interpretar estes elementos. Através destes procedimentos, será possível planificar a sua protecção e gestão, assim como levar a cabo estratégias de divulgação que garantam, para as gerações futuras, o conhecimento da riqueza histórica, linguística e etnográfica destas manifestações singulares.

Os projectos de exploração de recursos patrimoniais destacados neste trabalho (TM de Alghero, Mértola Vila-Museu e São Domingos) tiveram um êxito considerável graças à sua capacidade de adaptação às mudanças das sociedades locais e ao modo como desenvolveram sinergias que permitiram saber o que estas esperavam da exploração do património do aumento da qualidade de vida. Esta adaptabilidade é vista como uma garantia da sustentabilidade do projecto de TM. O património cultural foi, nestes casos, um factor de criação de postos de trabalho directa ou indirectamente relacionados com a sua exploração, atraindo, por conseguinte, investimento privado (por exemplo, ao nível do comércio e da hotelaria) e dinamizando a economia e cultura regionais.

Do ponto de vista da interpretação destes territórios, bem como da obtenção de dados, a Arqueologia pode desempenhar um papel relevante no estudo da construção da paisagem raiana, uma vez que os vestígios materiais permitem identificar redes de contacto e a evolução do povoamento destes territórios desde, pelo menos, a Idade do Ferro, momento em que se aprecia um aumento dos contactos com áreas mais distantes. Esta vocação foi estimulada, sobretudo, pela navegabilidade do rio, e permite explicar o porquê da preocupação pela posterior formação de uma paisagem fortificada. Do mesmo modo, a sistematização de dados de natureza etnográfica e linguística apresenta-se como uma mais-valia para a caracterização da diversidade de manifestações culturais destas comunidades e, conseqüentemente, para a sua preservação. A educação e formação dos sectores mais jovens das comunidades locais desempenha, neste contexto, um papel primordial, já que é através destas que se criam condições para que, mais tarde, estes indivíduos venham a ser integrados no mercado laboral destes territórios. As comunidades locais devem ser, neste contexto, as principais protagonistas e beneficiárias da exploração do património cultural e devem, conseqüentemente, participar activamente nas decisões de protecção, estudo e valorização

A interpretação do território é, a par da participação da cidadania na criação, implementação e manutenção do TM, um elemento determinante para a transmissão de uma mensagem que valorize a relevância histórica e cultural dos territórios fronteiriços. As comunidades locais devem poder rever-se neste discurso e este, por sua vez, deve ser acessível para todos os grupos de visitantes sem perder a sua cientificidade e rigor. A transmissão de conteúdos pode ser, neste sentido, feita no terreno e remotamente, através da criação de um Atlas interactivo destes territórios.

É, ainda, de referir que um dos principais obstáculos da cooperação transfronteiriça é a diferença ao nível das legislações (nacional no caso português, autonómicas no caso

Falta acrescentar a esta discussão, para terminar, a necessidade de promover o funcionamento em rede, quer dos espaços museológicos existentes, quer dos vários projectos de investigação que se desenvolvem nos territórios fronteiriços da Raia ibérica. Estas redes, aliadas a uma gestão criativa e eficaz do TM, podem contribuir para a redução das profundas desigualdades entre ambientes rurais e urbanos (ESDP, 1999; Mora e Pimenta, 1996-2003), assim como para o reforço das identidades regionais e locais num mundo globalizado. As fronteiras tornam-se, com isto, cenários onde as diferenças culturais confluem em manifestações híbridas que só existem nestes contextos e que, como tal, devem ser estudadas como fenómenos singulares. Assim, ao promover uma salutar imagem de heterogeneidade das sociedades de fronteira, é possível oferecer aos potenciais visitantes um produto que valoriza a diversidade, o modo como estas comunidades se vêem a si mesmas e os diversos elementos que testemunham uma longa história feita de conflitos e escaramuças, mas também de entrelaçamentos e interdependências.

## Bibliografía

- AAVV 2014. *I Jornadas Internacionales sobre la frontera hispano-portuguesa y sus fortificaciones / I Jornadas Internacionais sobre a fronteira Hispano-lusa e as suas fortificações*. Badajoz: Ayuntamiento de Badajoz.
- Alberca-Sialer, F. 2021. "Caracterización del turismo patrimonial". *Cultura* 35: 197-208.
- Albuquerque, P.; García Fernández, F.J. 2019. "Arqueólogos (s)em fronteiras: o Projecto ANA-lise e o estudo do povoamento do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha) entre os séculos VIII a.C. e I d.C." *Memória em Rede* 11(21), 131-157.
- Albuquerque, P.; García Fernández, F.J. 2022. "Processos locais e História Global no estudo da Raia do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha)", *Tempo & Argumento* 14(35), e0102.



- Albuquerque, P.; García Fernández, F.J.; Palma, M.F.; Gradim, A. 2020. “¿Frontera acuática o frontera líquida? El Bajo Guadiana en la antigüedad”. En Gaspar, C.; Gimeno Pascual, H.; Vicent Ramírez, N. (coords.). *Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania* (pp. 63-98). Lisboa, Alcalá de Henares CEC (UL), Fundación General de la Universidad de Alcalá de Henares.
- Albuquerque, P.; Pereira, C.; Teixeira, S. 2018. “Elementos y perspectivas para el estudio del Anas como frontera en la Antigüedad: fuentes clásicas, registro arqueológico y epigrafía”. *Revista Onoba* 6: 185-203.
- Andrade, A. 2001. *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baquero Moreno, H. 1988. “O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV”. *Revista de História* 8: 53-67.
- Bringas Heredia, A.; Vico Moreno, R. 2020. “Aproximación al modelo de gestión de territorio-museo a partir de casos prácticos”. *Devenir* 7(13), 59-76,
- Butler, R.M. 1996. “The development of tourism in frontier regions: Issues and approaches”. En Gradus, Y.; Lithwick, H. (eds.) *Frontiers in regional development* (pp. 213-229). Lanham: Rowman & Littlefield.
- Camposino Fernández, A.-J. 2006. “Ciudades abaluartadas de la raya ibérica: de frontera a paisaje cultural”. PH: *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 60: 74-83.
- Castaño Madroñal, A.; Hernández León, H.; Gómez Toscano, F.; Sánchez Romero, J.C. 2002. Catálogo de bienes de interés del entorno fronterizo del bajo Guadiana: Ayamonte, Villablanca, San Silvestre de Guzmán, Sanlúcar de Guadiana, El Granada. 2ª Fase Proyecto Almutamid. Sevilla: Consejería de Cultura.
- Coelho, A.B. 1992. “Sobre Mértola e o Guadiana”. *Arqueologia Medieval* 1: 203-208.
- Conrad, S. 2019. O que é a História Global? Lisboa: Edições 70.
- Convenio Marco del Consejo de Europa sobre el valor del Patrimonio Cultural para la sociedad 2005. Faro: Conselho Europeu. <https://rm.coe.int/16806a18d3> (02/05/2022)
- De Armas, D., *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I* (MS), <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (02/05/2022)
- Del Espino, B. 2020 “Patrimonio cultural como factor de desarrollo territorial resiliente en áreas rurales. El caso de Mértola (Portugal)”, *Pasos* 18(1), 9-25,
- Duclos Bautista, G. 2002. La fortificación de un territorio. Arquitectura militar en la raya de Huelva, siglos XVII y XVIII. Huelva: Diputación de Huelva.
- España Chamorro, S. 2017. *Límites y territorios de la Bética romana*. Tesis doctoral inédita, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union 1999. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Foucher, M. 1990. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radical Livros.
- Freitas, I.V. de 2019. “Paisagens e vivências na fronteira: De Castro Marim a Montalvão nos inícios do século XVI”. *Edad Media: Revista de Historia* 20: 244-280.
- Friedmann, J. 1996. ‘Borders, margins, and frontiers: myth and metaphor’. En Y. Gradus y H. Lithwick (eds.), *Frontiers in regional development* (pp. 1-20). Lanham: Rowman & Littlefield.
- García Fernández, F.J.; Del Espino Hidalgo, B.; Albuquerque, P. 2017. “Paisajes transfronterizos como objeto de estudio: interés, oportunidad y complejidad en el caso de la eorrorregión Alentejo – Algarve – Andalucía”. En Colóquio Ibérico de Paisagem – O estudo e a construção da paisagem como problema metodológico (pp. 119-140). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- García Fernández, F.J.; García Vargas, E.; Sáez Romero, A.M.; Filipe, V.; Palma, M.F.; Albuquerque, P. 2019. “Mértola entre la Edad del Hierro y la romanización: nuevos datos a partir de las excavaciones de la Biblioteca Municipal”. *Arqueologia Medieval* 15: 5-24.
- Gelbman, A.; Timothy, D.J. 2010 “From hostile boundaries to tourist attractions”. *Current Issues in Tourism* 13(3): 239-259.
- Gómez Martínez, S.; Torres, C.; Rafael, L. 2016. “Mértola Vila Museu. Um projecto arqueológico de desenvolvimento integrado” *Revista de Arqueologia pública* 10(3), 55-80.
- Gonçalves, L. J. 2008. “Fronteira como museu: a raia entre Portugal e Espanha”. *Museal* 3: 12-25.
- Gozalbes Cravioto, E. 2000 “Reflexiones sobre el concepto antiguo y medieval de frontera”. En *III Estudios de Frontera. Convivencia, defensa y comunicación en la frontera. En memoria de don Juan de Mata Carriazo y Arroquia* (pp. 361-374). Jaén: Diputación Provincial de Jaén.
- Gradim, A. 2021. “O castelo de Alcútim e as suas diferentes facas: de estrutura bélica medieval a espaço de fruição pública contemporâneo”. En J.I. Carriazo Rubio (ed.), *Fortificaciones señoriales del suroeste ibérico: la huella documental* (pp. 221-224). Madrid: La Ergastula.
- Healey, P. 2009. “In Search of the “Strategic” in Spatial Strategy Making”. *Planning Theory & Practice* 10(4): 439-457.

- Hernández-Ramírez, J. 2017. “Obstáculos a la gobernanza turística en la frontera del Bajo Guadiana”. *Revista Investigaciones Turísticas* 13: 140-163.
- Herzog, T. 2018. *As fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: ICS.
- Jurado Almonte, J.M. 2002. “Experiencias en el litoral onubense-algarví de cooperación transnacional en materia turística”. En A.A. Herrero de la Fuente (ed.), *La Cooperación transfronteriza hispano-portuguesa en 2001*. Zamora: Technos: 139-155.
- López de Aberasturi Arregui, I 2020. “Mantenimiento del portugués hablado en el ámbito rural de Ayamonte y del Andévalo Occidental”. En *XXIV Jornadas de Historia de Ayamonte* (pp. 97-128). Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte.
- Mendes, M. F., Magalhães, M. G., 2013. “2011 SUL: Quantos somos? Onde vivemos?” *Revista de Estudos Demográficos* 51-52: 107-113.
- Miró Alaix, M. 1997. “Interpretación, identidad y territorio: una reflexión sobre el uso social del patrimonio”. *Boletín del PH* 18: 33-37.
- Miró Alaix, M. 2000. “Una propuesta para la gestión creativa del patrimonio cultural y natural en áreas rurales: Construir el Territorio Museo”. *Revista de Desarrollo Rural* 12: 8-9.
- Miró Allaix, M. 2002. “Museo abierto y territorio museo, nuevos conceptos para la interpretación territorial del patrimonio cultural”. En Sánchez de las Heras, C. (coord.), *Planificación interpretativa y diseño de centros: primeros modelos* (pp. 51-59). Sevilla: Junta de Andalucía.
- Mora, J.; Pimienta, M. 1996-2003. “La Estrategia Territorial Europea (E.T.E.): Una concepción integradora y cohesionada del espacio”. *Norba: Revista de historia* 16(2), 701-707.
- Padró Werner, J. 1996. “La interpretación: un método dinámico para promover el uso social del Patrimonio Cultural y Natural”. *Cuadernos PH: Difusión del Patrimonio Histórico* 7: 8-13.
- Park, H.Y. 2014. *Heritage Tourism*. Oxford [etc.]: Routledge.
- Pintado, A.; Barrenecha, E. 1972. *La Raya de Portugal: La frontera del subdesarrollo*. Madrid: Cuadernos para el Diálogo.
- Querol, M.A. 2010. *Manual de Gestión del Patrimonio Cultural*. Madrid: Akal.
- Sardinha, I.D.; Craveiro, D. 2018. “Descrição de uma abordagem participada com vista ao redesenvolvimento da mina de São Domingos, Alentejo, Portugal”. *Análise Social* 228, 672-701.
- Tilden, F. 1957. *Interpreting Our Heritage*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Timothy, D.J.; Boyd, S.W. (eds.) 2003. *Heritage Tourism*. Harlow [etc.]: Prentice Hall.
- Timothy, D.J.; Teye, V.B. 2004. “Political Boundaries and Regional Cooperation in Tourism”. En A.A. Lew; C.M. Hall, *A Companion to Tourism* (pp. 585-495). Malden [etc.]: Blackwell.
- Torres, C. 2014. “Do Cristianismo primitivo ao Islão”. En S. Gómez-Martínez; S. Macias; V. Lopes (eds.), *O Sudoeste peninsular entre Roma e o Islão* (pp. 46-53). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Van der Vleuten, E.; Feys, T. 2016. “Borders and Frontiers in Global and Transnational History”. *Journal of Modern European History / Zeitschrift für moderne europäische Geschichte / Revue d'histoire européenne contemporaine* 14(1), 29-34.

## Notes

<sup>1</sup> Não se segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1991

<sup>2</sup> V. o mais recente projecto do CAM em <https://www.camertola.pt/projetos/arqueologiainprogress-%E2%80%93-turismo-arqueol%C3%B3gico-em-m%C3%A9rtola>

*Recibido:* 13/06/2022  
*Reenviado:* 16/09/2022  
*Aceptado:* 17/09/2022  
*Sometido a evaluación por pares anónimos*